

## **Mineração, responsabilidade e o clamor das comunidades: um chamado às Igrejas e aos investidores cristianos**

No final de abril de 2026, representantes de Igrejas e investidores baseados na fé reuniram-se na Diocese de Innsbruck, na Áustria, para a Segunda Conferência de Investidores Eclesiais.

A Rede Igrejas e Mineração, uma articulação ecumênica que acompanha comunidades afetadas pela mineração em toda a América Latina, foi convidada a compartilhar sua visão e perspectiva.

Com mais de vinte anos de experiência no Brasil, o Pe. Dário Bossi, missionário comboniano, compartilhou não apenas fatos e dados, mas sobretudo a voz das comunidades que vivem na linha de frente do extrativismo. Sua intervenção não se concentrou principalmente nos impactos da mineração — já amplamente documentados —, mas sim no comportamento das empresas, na responsabilidade e no papel das Igrejas nesse contexto.

### **De Mariana a Brumadinho: quando a tragédia se repete**

O Brasil viveu dois dos piores desastres minerários da história recente: o rompimento de barragens de rejeitos em Mariana (2015) e em Brumadinho (2019), ambos ligados à empresa Vale.

Juntas, essas tragédias causaram a morte de 291 pessoas, devastaram bacias hidrográficas inteiras e deixaram profundas feridas ambientais e sociais que persistem até hoje.

Após Mariana, o lema “Mariana Nunca Mais” foi amplamente difundido pela empresa. No entanto, poucos anos depois, Brumadinho revelou uma realidade inquietante: não apenas as lições não haviam sido aprendidas, como também responsabilidades graves haviam sido ocultadas. As investigações apontaram auditorias manipuladas, relatórios de segurança enganosos e a omissão de informações críticas sobre a estabilidade das barragens. As evidências sugerem que a Vale tinha conhecimento dos riscos e não agiu.

Brumadinho, portanto, não pode ser considerado um acidente isolado. Representa uma forma de reincidência empresarial, na qual o lucro é priorizado em detrimento da vida humana.

Ainda mais escandaloso é o que veio depois: em vez de encerrar definitivamente os projetos responsáveis por tamanha devastação, as atividades minerárias continuaram nesses mesmos territórios, perpetuando o risco, a incerteza e o sofrimento das comunidades afetadas.

### **Para além dos grandes desastres: a violência silenciosa da mineração**

Enquanto Mariana e Brumadinho ganharam atenção global, muitas outras formas de violência relacionadas à mineração permanecem em grande parte invisíveis.

Em regiões como Carajás, na Amazônia brasileira, não há desastres que ganhem manchetes. Em vez disso, as comunidades enfrentam uma forma lenta e cumulativa de dano: contaminação do solo e da água, deterioração da saúde pública e a erosão gradual dos modos de vida tradicionais. Trata-se de uma “violência homeopática”, persistente e frequentemente ignorada.

Ao mesmo tempo, a transição energética global está acelerando a demanda por minerais, levando à expansão das fronteiras minerárias e ao aumento dos conflitos. Somente na Amazônia brasileira, existem cerca de 1.300 requerimentos minerários que afetam territórios indígenas.

Essa expansão é frequentemente acompanhada, em várias regiões do mundo, por militarização e ocupação territorial, nas quais a “segurança” é definida em função do acesso aos recursos naturais. Os interesses corporativos influenciam cada vez mais as decisões políticas, levantando uma questão fundamental: quem decide que a mineração é de “interesse nacional”, enquanto a proteção dos territórios indígenas não é?

### **A força das comunidades e o papel das Igrejas**

Nesse contexto, a Rede Igrejas e Mineração tem concentrado seus esforços no apoio às comunidades em suas lutas pela vida e pela justiça.

Isso inclui apoio emergencial em momentos de crise, organização de base e a promoção da liderança comunitária nas negociações com empresas e com o Estado. Uma conquista importante foi a aprovação, por iniciativa popular, da lei “Mar de Lama Nunca Mais”, no estado de Minas Gerais, que estabeleceu regras mais rigorosas para a segurança de barragens e proibiu alguns tipos de estruturas de alto risco.

Mas, para além dos resultados concretos, o compromisso central permanece pastoral: estar próximo das vítimas — humanas e não humanas — e salvaguardar sua perspectiva e sua luta.

Essa proximidade é essencial, especialmente quando os chamados processos de “diálogo” com as empresas frequentemente se mostram frágeis, inconsistentes ou até mesmo manipuladores, carecendo de uma real responsabilização.

### **Uma desconfiança necessária**

Uma das mensagens mais fortes que emergem dessas experiências é a necessidade de manter uma distância crítica em relação às narrativas corporativas.

Com muita frequência, investidores e instituições se baseiam em declarações das empresas, padrões voluntários e estruturas ESG. No entanto, a distância entre o discurso

e a realidade nos territórios permanece grande. No Brasil, as comunidades aprenderam da maneira mais dolorosa que a “boa-fé” empresarial não pode ser presumida.

Por isso, regulações vinculantes — como mecanismos robustos de devida diligência — são essenciais. Os recentes esforços para enfraquecer esse tipo de legislação, especialmente na Europa, geram sérias preocupações.

### **Investidores e corresponsabilidade**

Um ponto central abordado em Innsbruck foi a responsabilidade dos investidores.

Os investidores não são atores neutros. Ao financiar empresas minerárias, tornam-se corresponsáveis pelos danos causados. Os dividendos que recebem frequentemente estão ligados a medidas de redução de custos que comprometem a segurança e a proteção ambiental.

Após o desastre de Brumadinho, a Igreja da Inglaterra decidiu desinvestir da Vale, reconhecendo essa responsabilidade ética. Essa decisão constitui um exemplo importante. De modo semelhante, a Conferência Episcopal Austríaca publicou recentemente uma Diretriz Ética de Investimentos vinculante, que exclui investimentos em ouro, mineração de ouro e ativos relacionados ao ouro, devido aos graves impactos ambientais e sociais associados à sua extração, bem como às suas ligações com conflitos em diversas partes do mundo.

No entanto, permanece um desafio mais amplo: com demasiada frequência, empresas prejudiciais continuam sendo apoiadas simplesmente porque são percebidas como “menos piores” do que outras. No entanto, em muitos casos, o próprio modelo de negócio permanece intrinsecamente perigoso.

A estratégia de investidores conscientes e organizados para influenciar o comportamento empresarial por meio do diálogo ativo — conhecida como “engagement” — pode desempenhar um papel. No entanto, como já mencionado, as empresas frequentemente conseguem mascarar a falta de um compromisso genuíno. Nesse contexto, o desinvestimento deve ser considerado não apenas como último recurso, mas como uma escolha ética coerente.

Há também uma preocupação crescente com o risco de “faith-washing”, pelo qual empresas buscam legitimidade por meio da proximidade com instituições religiosas. Por essa razão, a Rede Igrejas e Mineração mantém um princípio claro: não aceitar apoio financeiro de empresas minerárias. Da mesma forma, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil incluiu recentemente em suas Diretrizes Pastorais o princípio de não aceitar doações, investimentos ou patrocínios provenientes de atividades e setores que prejudicam o meio ambiente e a vida.

Orientações recentes do Vaticano, como o documento *Mensuram Bonam*, reconhecem explicitamente a mineração como um setor que exige cuidadoso discernimento ético e, em certos casos, sua exclusão dos portfólios de investimento.

### **É possível outro modelo?**

Para além dessas ferramentas, permanece uma questão mais profunda.

A crise ecológica nos convida a ir além de soluções técnicas e melhorias incrementais. Como tem afirmado repetidamente o Papa Francisco na *Laudato Si'*, o que se requer é uma “mudança radical”, uma “corajosa revolução cultural” e uma redefinição do próprio conceito de progresso.

O Papa Leão XIV ecoou essa preocupação, advertindo que o paradigma atual — impulsionado pela extração, acumulação e desigualdade — conduz, em última instância, à morte e ao conflito.

Como recorda a *Laudato Si'*, já não basta buscar um equilíbrio entre a proteção ambiental e o lucro financeiro. As meias-medidas correm o risco de adiar o colapso em vez de evitá-lo.

Para as Igrejas, este é um momento de discernimento e coragem. Estamos dispostos a questionar o modelo econômico que sustenta o extrativismo? Estamos prontos para nos posicionar claramente ao lado das comunidades afetadas, mesmo quando isso desafia interesses poderosos?

A experiência das comunidades latino-americanas oferece uma resposta clara: outro caminho não apenas é necessário — ele já está sendo vivido — na resistência, na solidariedade e na defesa da vida.